

A importância da educação continuada para os órgãos de controle externo

Minhas senhoras,
Meus senhores:

O convite para vir a esta Casa do Saber compartilhar reflexões sobre a importância da educação continuada, honrosa distinção do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco que muito nos desvanece, traz em seu bojo uma provocação.

Pois se parece fácil demais enfatizar que a Educação em todos os níveis é o instrumento através do qual os povos moldam o seu futuro, por outro lado, não se pode deixar de contemplar com gravidade a extrema complexidade da construção social que o processo educacional engendra.

É fácil compreender e professar que a Educação deve ser a prioridade das prioridades, aquela através da qual todas as outras se materializam. Mas, por outro lado, é desafiador posicionar-se diante do rico leque de escolhas que a sociedade é permanentemente instada a fazer em relação à educação.

O que é prioritário? Como tornaremos conseqüentes os esforços que temos despendido? O que é permanente? O que é transitório? Para onde estamos indo? Onde queremos chegar?

São questões que cada cidadão é obrigado a responder no seu dia-a-dia, de modo a buscar influir, na medida das suas possibilidades, na construção da realidade social em que está inserido.

Pensem no Brasil de hoje, nação periférica em que pese sua grandeza continental, a riqueza dos seus recursos naturais e a comprovada capacidade do seu povo para criar, produzir, transformar. Como potencializar através da Educação o que temos naturalmente e o que fomos capazes de construir nestes 500 anos de História? Não são per-

guntas fáceis de responder. Somos um país situado, ao mesmo tempo, nos mais altos patamares e no fundo do abismo. Temos a oitava economia do mundo e índices de pobreza compatíveis com as mais miseráveis do planeta. Aqui convivem, lado a lado, pessoas que cultivam o consumismo mais tolo e danoso e outras sem o essencial para sobreviver.

Pensar a educação no Brasil é conceber uma estrutura que contemple a exigência de integrar pelo saber milhões de miseráveis, com a necessidade da formação e do aperfeiçoamento de cientistas e tecnólogos capazes de suprir o país do conhecimento indispensável à competição e à sobrevivência em um mundo globalizado.

Assim, quando o subcomandante Marcos, líder da guerrilha zapatista mexicana, exclama sua perplexidade diante de uma modernidade “que avança em recuos”, produz conceito que se encaixa como luva na realidade brasileira.

Pensar a educação no Brasil nos obriga também a pensar o mundo em que vivemos, até como decorrência natural do fato de nosso país ser quase uma metáfora do mundo, eis que nele deparamos áfricas e europas misturadas, ilhas de primeiro mundo encravadas em vastos continentes terceiro-mundistas. Sem falar que a própria composição étnica da nossa gente resulta de uma miscelânea de raças e culturas na qual estão virtualmente representados todos os povos da terra.

Sei que as considerações que faço neste momento pouco têm a acrescentar em um ambiente como este, povoado de sábios, doutores, homens e mulheres que, até por obrigação profissional, refletem continuamente sobre a Educação e sobre os problemas brasileiros. Não poderia desperdiçar a oportunidade porém de, diante desta platéia seleta, exprimir minhas mais recorrentes preocupações e minhas mais fundas convicções.

Senhores: Eu acredito que o Brasil só

alcançará o lugar a que tem direito no mundo quando resgatar sua independência como nação e quando o iníquo quadro de desigualdades no qual estamos mergulhados for invertido radicalmente. E acredito piamente que a redenção do Brasil se dará pela educação do seu povo.

É neste contexto que pretendo abordar o tema sobre o qual fui convidado a refletir, a *Importância da educação continuada para os órgãos de Controle Exteno*. Peço licença, inclusive, para ousadamente ampliar a reflexão e tentar contribuir para uma discussão sobre *qual a importância do processo de aprendizagem dentro das organizações de mais diferentes naturezas neste final de milênio*.

Parto da premissa de que estamos assistindo (e sendo atores vivos) a um processo que pode ser definido através de um antigo provérbio chinês que diz: “não há nada mais permanente do que a mudança”. De fato, estamos acompanhando o maior conjunto de transformações que a sociedade humana já viveu desde os primórdios da civilização.

Tudo muda ao nosso redor. O que varia é apenas a *velocidade*.

Nos sistemas vivos, nestes incluídas as organizações, os ciclos da mudança são mais rápidos, portanto mais visíveis.

A mudança traz consigo a necessidade constante de aprender, de lidar com o desconhecido. É dentro desse contexto que surge *Educação Continuada ou Contínua*, ou ainda, dentro das empresas, a denominada *Educação para o trabalho*, este processo de aprendizagem permanente, realizado dentro das organizações com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade dos seus serviços.

Qual é o maior desafio?

Verificamos que analisar o cenário em que atuamos, compreender os processos de mudanças instituídos, não garante a sobrevivência das organizações. Um dos maiores desafios é estabelecer um processo que nos mostre como interferir na rea-

lidade e atender ao interesse público.

Observamos que, quanto mais rápida a mudança, maior seu impacto nas pessoas, porque elas têm que *aprender* formas de tomar decisões que possam se adaptar à nova situação. Precisam, inclusive, estar capacitadas criticamente a, se necessário, contestar e até combater, se for o caso.

Na era da informação abundante, A APRENDIZAGEM É UMA AQUISIÇÃO. Uma vez adquirida, tende a se perpetuar. Pode-se perder a destreza e a agilidade, mas não a essência do aprendido.

Segundo Paulo Freire, “ao tomar consciência de que é um ser inacabado, o homem busca constantemente o ser mais”.

Não rara é a constatação de que a convivência com o excesso de informações e sensações, impostas pelo mundo atual, obriga-nos a desenvolver uma habilidade específica: a de “aprender a aprender”, numa postura de permanente receptividade à mudança.

A Educação Continuada abre a porta do processo de aprendizagem, estabelecendo uma modificação relativamente permanente no comportamento humano dentro das organizações, tendo como idéia central que a teoria e a prática são uma única coisa e estão intrinsecamente entrelaçadas e interligadas.

Nesta perspectiva, as idéias teóricas desenvolvidas nos cursos de especialização devem sempre encontrar aplicações práticas nas atividades profissionais. É preciso deixar claro, porém, que esta imbricação não deve, de modo algum, levar os centros de estudo e pesquisa - sobretudo os centros públicos como as universidades federais - a rebaixar sua missão, transformando-se em meros departamentos de capacitação das organizações, e subordinando suas vocações aos interesses mais imediatos do mercado.

A busca do saber é uma construção social. Portanto, não pode apartar-se da realidade objetiva. Isso não significa, todavia, que a liberdade de

pesquisa seja condicionada às leis do mercado, sob pena de, a médio prazo, a carruagem ser colocada na frente dos bois e o conhecimento, em vez de moldar as organizações –por definição temporais e impulsionadas por objetivos estratégicos secundários – passar a ser condicionado por elas.

Ao analisar o cenário brasileiro, neste fim de milênio, deparamo-nos com um Estado submerso numa **CRISE FINANCEIRA** proveniente de muitos fatores, a começar pelo contexto global imposto por uma ordem que retira do Estado o poder de contribuir para a equalização das relações sociais. Neste contexto, o Estado perde as condições de atuar compensando defasagens, redistribuindo riquezas, enfim, plasmando uma realidade na qual não possa imperar a lei das selvas, com a prevalência do interesse dos mais aquinhoados sobre a maioria.

Cabe destacar, ainda, como causa profunda da crise do Estado suas próprias disfunções estruturais, como os excessivos dispêndios com o custeio da máquina estatal (mais de 60% despendido com o pagamento de pessoal), no caso dos Estados e Municípios, os desmandos administrativos de que a mídia nos dá notícia, dia após dia, além da dívida externa que consome grande parte do patrimônio público brasileiro.

Tenho também observado que existe uma **CRISE DE DESEMPENHO FUNCIONAL**, caracterizada pela baixa qualidade de prestação dos serviços públicos oferecidos, gerando insatisfação por parte da sociedade.

Este déficit de desempenho é cultivado pela falta de perspectivas, deficiências na capacitação e no desenvolvimento técnico a que está sujeita a maior parte dos servidores do Estado.

Dentro deste contexto, evidencia-se um mercado global impondo a todas as organizações, públicas e privadas, o paradigma da competência, como única alternativa que pode assegurar a sua sobrevivência enquanto instituição.

Se por um lado a crise financeira limita o investimento do Estado no seu Capital Humano, por outro a crise de desempenho mobiliza os ser-

vidores a se movimentar em direção do seu auto-desenvolvimento, tornando-se co-responsáveis pela sua educação especializada. Nesta nova dinâmica os servidores públicos tornam-se parceiros do Estado visando garantir a sua sobrevivência e a sobrevivência de sua organização dentro do mercado de trabalho público.

Para os Tribunais de Contas, investir na **Educação Continuada** significa formar pessoas capazes de defender os princípios éticos vinculados ao interesse público, ampliar a qualidade técnica de suas auditorias, consolidar instrumentos e mecanismos para uma gestão pública comprometida com a qualidade da prestação dos serviços públicos.

Em 1997 o Tribunal de Contas de Pernambuco, observando a tendência mundial, identificou a Educação Continuada como mecanismo necessário para a implementação das mudanças requeridas para um controle externo eficiente. Foi a partir daí que firmamos o primeiro convênio de cooperação técnica com a UFPE – Centro de Ciências Contábeis, através da formação de 35 especialistas em Contabilidade e Controladoria Governamental, buscando consolidar o saber acadêmico com o conhecimento prático vivenciado pelos auditores e técnicos do TCE-PE.

Trabalhos significativos foram incorporados ao dia-a-dia organizacional a através das suas publicações pudemos divulgar conhecimentos específicos para todo o Brasil, apresentando-os no Congresso de Contabilidade realizado naquele ano em Aracaju e disponibilizando-os para a sociedade através da Internet.

Outra característica importante do processo de **Educação Continuada** é a capacidade de resgatar nas pessoas o impulso para a competência e para o conhecimento.

O estímulo para o aprender coloca os funcionários em movimento, em busca da construção do saber organizacional, transformando-se num fator motivacional muito forte e agregando um novo valor à cultura das organizações públicas.

Finalmente, acredito que a velocidade das mudanças faz com que as pessoas se apressem para

realizar o novo, sem a capacitação adequada e como diz o poeta: “todo mundo quer ser rei, todo mundo quer voar além mas, na vida, é preciso aprender”.

Para encerrar estas palavras, senhores, gostaria de fazer uma última profissão de fé. Já disse que acredito na educação transformadora. Acrescento agora a minha convicção de que o braço da educação pode, sem dúvida, nos orientar e nos conduzir à construção de uma ordem econômica com rosto humano. A educação é o acúmulo de um saber técnico mas é, sobretudo, a construção de um conteúdo ético para as sociedades. E Educação é um processo político em sentido amplo, caminho para a Justiça e para a melhoria da vida da grande maioria do nosso povo. Que a educação

também nos ajude a resgatar esse sonho, pois sem ele passamos a ser também nossos próprios inimigos.

FERNANDO JOSÉ DE MELO CORREIA
Presidente

Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco

Recife, 14 de maio de 1999.

(discurso proferido por ocasião da solenidade de formatura do III Curso de Pós-Graduação em Contabilidade e Controladoria, na Universidade Federal de Pernambuco).